

ACM significa “coragem, paixão, Bahia”

Senado lembra, em sessão especial, o legado de Antonio Carlos Magalhães, que faleceu em 20 de julho deste ano. Homenagem foi proposta pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e endossada por diversos parlamentares



Renan preside a sessão especial, ao lado de Arlete Magalhães, Antonio Carlos Júnior e Paulo Octávio; telão destaca a imagem de Antonio Carlos Magalhães

A sessão durou seis horas e meia, com discursos de 31 senadores, que elogiaram características de ACM como a coragem, o espírito público, a paixão e o amor à Bahia. Compuseram a Mesa o senador Antonio Carlos Júnior; a viúva, Arlete Magalhães; sua filha, Teresa Helena Magalhães; o deputado federal ACM Neto; o deputado Osmar Serraglio; o presidente do TST, Rider Nogueira de Brito; e o vice-governador do DF, Paulo Octavio.

Páginas 4 a 7

Marco Maciel é o novo presidente da CCJ, que aprova nomes para tribunal

No mesmo dia em que Marco Maciel foi eleito, por unanimidade, presidente da CCJ, a comissão acolheu três indicações do Executivo para cargos de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. As indicações serão agora examinadas pelo Plenário. **Página 7**

A Confederação Brasileira de Aposentados entregou ontem a Renan Calheiros abaixo-assinado com mais de 1,2 milhão de assinaturas pedindo urgência para o projeto que trata do reajuste de aposentadorias e pensões. **Página 2**



Menos impostos para setor agrícola

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou projeto, de Marisa Serrano, que isenta do PIS-Pasep e Cofins equipamentos e materiais de construção destinados à produção rural. A proposta vai à CAE. **Página 7**

Mais doação para assistência social

Doações a fundos geridos por conselhos municipais, estaduais e federais de assistência social poderão ser deduzidas do Imposto de Renda. O projeto, de Paulo Paim, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. **Página 3**

Jobim defende capital privado no setor aéreo. Senadores apóiam

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, e senadores do governo e da oposição defenderam ontem a participação do capital privado no setor aéreo, durante audiência na CPI que discute a crise no setor. É preciso ser pragmático, disse Jobim. Segundo o petista Tião Viana, o governo não tem recursos suficientes para investimentos na área. Para José Agripino, líder do Democratas, a solução dos problemas da aviação civil exige a privatização dos aeroportos. **Página 3**



Nelson Jobim (D), ao lado de Demostenes (E) e Tião Viana, fala à CPI do Apagão Aéreo



Renan (no centro, ao lado de Paim) recebe abaixo-assinado da confederação dos aposentados; entidade diz que perdas superam os 70%

Aposentados pedem urgência para projeto que atualiza benefícios

Entidade recolhe mais de 1,2 milhão de assinaturas em defesa de proposta de Paim que restabelece nas aposentadorias e pensões a equivalência em número de mínimos da época da concessão

Um abaixo-assinado com mais de 1,2 milhão de assinaturas pedindo urgência para o exame do projeto de lei que estabelece critérios para atualização dos valores das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social e pela União foi entregue ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pelo presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), Benedito Marcílio.

O projeto (PLS 58/03) é de autoria de Paulo Paim (PT-RS), que acompanhou Marcílio na audiência com Renan. Na ocasião, o presidente da Cobap afirmou que, depois de o salário mínimo deixou de ser referência para a fixação de benefícios superiores a esse piso, a categoria passou a amargar perdas financeiras sucessivas.

Atualmente, mais de 17 milhões de aposentados e pensionistas recebem apenas um salário mínimo,

grupo que pode aumentar ainda mais, segundo alertou, se o projeto não for aprovado e sancionado.

– As perdas são superiores a 70%. Tem até aposentado tomando empréstimo consignado para ter o que comer – disse Marcílio.

Para corrigir as distorções nos valores, o projeto estabelece a atualização dos benefícios de forma a restabelecer a equivalência em número de salários mínimos da época de sua concessão.

Renan diz ter o apoio de Lula, Temer e Jobim em representação

Renan Calheiros (PMDB-AL) disse ter recebido um telefonema do presidente Lula na noite de terça-feira, avaliado pelo presidente do Senado como mais uma demonstração de apoio que sempre teve do presidente da República durante o processo por quebra de decoro parlamentar movido contra ele no Conselho de Ética.

Visitas com esse mesmo espírito, segundo Renan, foram feitas

ontem pelo presidente do PMDB, o deputado federal Michel Temer (SP), e pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim (PMDB).

– Não temo por nada, só temo a Deus. Minha força é do tamanho da minha inocência – declarou.

Após reiterar já ter aberto seus sigilos bancário, fiscal e telefônico e ter apresentado contraprovas ao Conselho de Ética, Renan afirmou que a hora é de se fazer “a quebra

dos demais sigilos”, sem especificar, entretanto, quem deveria ser alcançado pela medida.

Renan negou ter feito acusações contra o líder do DEM no Senado, José Agripino, que, na terça, voltou a defender seu afastamento da Presidência do Senado. Mas observou ter dito que outras pessoas, submetidas à devassa feita contra ele (Renan), “talvez não agüentassem nem dois dias”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário continua com pauta trancada

A pauta da sessão que ocorre hoje às 14h continua trancada por três projetos de lei de conversão. O primeiro, PLV 21/07, provém da MP 369/07, que cria a Secretaria Especial de Portos. O PLV 23/07 é originário da MP 372/07, e o PLV 24/07, da MP 373/07.

Direitos Humanos debate trabalho escravo

A Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos (CDH), reúne-se às 9h, em audiência pública para debater o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, está convidado para o debate.

Desenvolvimento da educação em exame na CE

A Comissão de Educação (CE) continua, a partir das 10h, o ciclo de audiências que debate propostas para o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Entre os convidados estão os presidentes da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Eduardo Storópoli, presidente; e do CIEE, Paulo Nathanael de Souza.

Programa nuclear é tema de audiência na CCT

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debate, às 9h, o Programa Energético Brasileiro. Estão entre os convidados o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Márcio Zimmerman; e o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Gonçalves.

Procuradores da República depõem na CPI

Às 10h, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo reúne-se para ouvir os procuradores da República Vinícius Panetto (RJ); Carlos Fernando Mazzoco (ES); Rodrigo Bernardo Santos (AP); Juliana de Azevedo Moraes e Danilo Pinheiro Dias (BA); Mabel Seixas Menge (PE); e Marcellus Barbosa Lima (MG).

Projeto visa prevenir lavagem de dinheiro

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) deve votar pauta de 15 itens, às 10h. Entre eles, projeto que estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro; e requerimentos de audiências reservadas com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre as fronteiras brasileiras e o relatório do Grupo de Trabalho da Amazônia.

Ministra apresenta propostas sobre o turismo nacional

Às 11h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ouve a ministra do Turismo, Marta Suplicy, a respeito das propostas do governo federal para o turismo nacional.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros e Demostenes Torres

Para o ministro da Defesa, Nelson Jobim, é preciso ser pragmático e questionar se apenas os recursos públicos podem resolver a crise aérea que atinge o país

Oposição e governo pedem capital privado nos aeroportos

Senadores da oposição e do governo e o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sugeriram ontem a entrada de capital privado no setor aéreo nacional, durante debate na CPI do Apagão Aéreo. Tião Viana (PT-AC), presidente da CPI, disse que o governo anuncia investimentos de R\$ 3 bilhões no setor, quando são necessários pelo menos R\$ 10 bilhões.

– Por que não somos agressivos na chamada do setor privado para participar? – indagou Viana.

Nelson Jobim informou que existe a idéia de “abrir o capital da Infraero”. A seu ver, é preciso ser pragmático e questionar: “Pode o capital público sozinho resolver o problema? Não. Tem que entrar capital privado. Pode-se pensar na concessão de aeroportos”.

Por sua vez, o líder do DEM,



Ao lado de Tião Viana (C) e Sérgio Zambiasi, Nelson Jobim (D) debate na CPI do Apagão Aéreo do Senado soluções para a crise nos vôos

José Agripino (RN), afirmou que seriam necessários R\$ 20 bilhões para colocar em ordem o setor aéreo. Na sua opinião, um dos pontos-chaves na solução dos problemas do controle aéreo no país é

a privatização de aeroportos.

Agripino sugeriu a desmilitarização do controle de vôo. Para ele, o maior problema com os controladores é que “faltava comando”, situação que, acredita,

deve mudar com a presença de Nelson Jobim.

O relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), defendeu a entrada de capital privado tanto na administração de aeroportos

quanto na construção de outros, e mencionou a possibilidade da entrada de capital externo nas empresas de aviação como forma de “acabar com o duopólio” existente atualmente no setor.

Em resposta aos senadores, Nelson Jobim destacou que é preciso otimizar “com urgência” o processo de fiscalização da manutenção de aeronaves e que o grande problema com a questão salarial dos controladores aéreos é que eles são membros das Forças Armadas e têm remuneração específica.

Durante os debates, João Pedro (PT-AM) reclamou do descaso com os passageiros por parte das empresas aéreas e Mário Couto (PSDB-PA) disse que viajou de ônibus de Belém a Brasília por medo de andar de avião.

Ministro da Defesa garante que segurança é prioridade absoluta

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou na CPI do Apagão Aéreo que vai rever o desenho institucional do sistema aéreo nacional como um todo, a fim de evitar “sobreposição de competências”. Jobim anunciou que vai reexaminar as responsabilidades dos ministérios da Aeronáutica e da Defesa e de órgãos como o Conselho Nacional de Aviação (Conac), a Anac e a Infraero.

O ministro destacou “três regras fundamentais na aviação: segurança, regularidade e pontualidade”, e garantiu que, entre elas, dará prioridade absoluta à segurança.

Ele elencou uma série de medidas que o ministério determinou ao Conac, entre as quais está a decisão de que as empresas aéreas aumentem o espaço para os passageiros, entre as poltronas, dentro das aeronaves.

Redistribuição de vôos deve aliviar Congonhas

Nelson Jobim reafirmou que o aeroporto de Congonhas, em São Paulo, deixará de ser um ponto de distribuição de vôos (*hub*, como é chamado no setor aéreo) e que haverá uma redefinição da malha aérea nacional. Segundo o ministro, serão retirados 151 vôos de Congonhas, que deixará de ter escalas e conexões e não receberá mais vôos fretados. O aeroporto de São Paulo passará a fazer apenas vôos ponto a ponto.

O ministro já determinou que

a Anac faça a readequação da malha. De acordo com Jobim, Congonhas tinha se transformado no maior ponto de distribuição de vôos da América Latina, e estava operando bem acima de sua capacidade máxima – 12 milhões de passageiros por ano.

A partir de agora, os vôos de e para Congonhas deverão atender principalmente a passageiros de Belo Horizonte, Brasília, Vitória e Curitiba, além dos do interior paulista. Vôos de carga ou jati-

nhos serão desviados para Jundiaí (SP). O ministro informou que há vários aeroportos no Brasil com capacidade ociosa, como os internacionais do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Brasília e de Curitiba.

Jobim anunciou que Brasília distribuirá vôos para o Norte e Centro-Oeste; Belo Horizonte, para o Nordeste; Rio de Janeiro, para o Nordeste, Estados Unidos e nações da América do Sul; e Curitiba, para o Sul.

Projeto amplia doações que podem ser deduzidas do IR

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de Paulo Paim (PT-RS) incluindo, entre os fundos de natureza social que permitem dedução do Imposto de Renda, no caso de doações, os geridos pelos conselhos de assistência social.

A legislação já permite que sejam feitas deduções, no valor máximo de 6% de pessoas físi-

cas e 1% de pessoas jurídicas, por doações feitas aos fundos dos direitos das crianças e dos adolescentes. O relator da proposta (PLS 297/06) foi Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

A CAS acolheu, também ontem, projeto de resolução de Marcelo Crivella (PRB-RJ) instituindo a Frente Parlamentar de Engenharia.

Audiência na CCT vai debater engenharia de aeroportos

A realização de audiência para debater soluções especiais de engenharia para aeroportos de pista curta foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O aeroporto de Congonhas, onde ocorreu o acidente com o Airbus da TAM, integra a lista dos que operam com pistas de curta extensão.

A proposta tem o objetivo de deter aeronaves que eventualmente enfrentem problemas no sistema de freios, e foi apresentada por Marcelo Crivella (PRB-RJ), vice-presidente da CCT. O senador, que presidiu os trabalhos de ontem, informou que o debate deve ser realizado na próxima semana.

Entre os convidados para a audiência estão engenheiros, especialistas, os presidentes das principais companhias áreas



Marcelo Crivella (E) preside reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia

nacionais e o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Juniti Saito.

Na reunião, a CCT também votou pareceres favoráveis a 30 projetos de decreto legislativo, referentes a atos de outorga e renovação de concessão de serviço de radiodifusão, acolhidos em decisão terminativa.

Programa nuclear

Hoje, às 9h, a CCT volta a se reunir, de forma extraordinária,

para debater o programa nuclear brasileiro. O requerimento para a audiência foi de Augusto Botelho (PT-RR).

Estão entre as autoridades convidadas o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Odair Dias Gonçalves; o presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Alfredo Trajan Filho; e o diretor-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva.



Inácio Arruda (E), Mesquita Júnior, Paulo Paim e Flávio Arns em reunião da CAS



Homenagem a ACM

Senador integra lista dos políticos que fizeram história no país

O Senado homenageou na tarde de ontem, com uma sessão especial, o senador Antonio Carlos Magalhães. Um dos maiores políticos brasileiros a partir da segunda metade do século 20, Antonio Carlos figura na lista dos homens públicos que fizeram história no Brasil, ao lado de nomes como Luiz Viana Filho, Juracy Magalhães, João Mangabeira, Ulysses Guimarães, Miguel Arraes, José Sarney, Tancredo Neves, Thales Ramalho e Leonel Brizola.

Polêmico, colecionador tanto de amigos quanto de inimigos, soube personificar como poucos a cultura baiana. Antonio Carlos transitou com facilidade da amizade com o compositor Caetano Veloso, passando por uma afável convivência com o comunista Fernando Santana (ex-deputado federal), até o exclusivo respeito dos maiores líderes do candomblé baiano. Nenhum outro homem público soube, como ele, encarnar o sincretismo religioso da Bahia.

RENAN CALHEIROS

Maior homenagem será rápida votação do pacote antiviolação

Ao abrir a sessão em homenagem à memória de Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou o papel desempenhado pelo político baiano em relevantes episódios dos últimos 40 anos da vida pública do país.

– Foi assim na reabertura política, na Constituinte, nas Diretas Já, na reconquista da democracia, no colégio eleitoral, onde sua liderança foi decisiva para os novos ares que passamos a respirar. Seu nome marcará a história de maneira única, exclusiva. Seu filho, Antonio Carlos Júnior, seus netos e herdeiros saberão elevar ainda mais o nome deste homem público.

Renan disse que o gosto pelas boas polêmicas e boas batalhas políticas transformaram ACM no maior ícone político da Bahia.

– Muito me honra poder ter convivido e aprendido importantes lições com Antonio Carlos. Perdemos parte da história da política nacional. Perdemos uma lenda. Perdemos um amigo.

O presidente do Senado lembrou que o empenho de ACM levou a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a elaborar dezenas de projetos para coibir a violência e afirmou que a maior homenagem a ele seria a urgente aprovação dessas medidas.

Renan disse que ordenou a confecção de um busto de ACM, que será colocado ao lado do de Afonso Arinos, no Salão Nobre.



Liderança carismática e grande visão política e administrativa

Ao destacar a liderança carismática e a grande visão política e administrativa de Antonio Carlos Magalhães, Tião Viana (PT-AC) afirmou que o parlamentar baiano foi “um dos maiores vultos da história política brasileira”.

O senador enalteceu a coragem de ACM, manifestada em diversas ocasiões, como ao propor a criação da CPI que

investigou o Judiciário e expôs mazelas como o escândalo da construção do edifício do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

Tião Viana leu testemunhos favoráveis a Antonio Carlos do advogado baiano Raymundo Paraná, 85 anos, e de seu filho, o médico e pesquisador Raymundo Paraná Filho.

TIÃO VIANA



Empenho e firmeza na votação do pacote contra a violência

Aloizio Mercadante (PT-SP) destacou entre as realizações mais importantes de Antonio Carlos no Senado a pactuação de acordos políticos fundamentais para o desenvolvimento do país, como os que viabilizaram o Fundo de Combate à Pobreza e a política de valorização do salário mínimo. O parlamentar ressaltou ainda a contribuição do

senador baiano para a aprovação do pacote de segurança pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em abril deste ano.

Mercadante disse que o empenho e a firmeza do representante baiano foram decisivos para que a comissão votasse o pacote com agilidade e competência.

ALOIZIO MERCADANTE



“Nunca fugiu de uma batalha, por mais difícil que se apresentasse”

Admirado pelos conterrâneos, de temperamento cristalino e vibrante, doce e enérgico, afável com os companheiros e duro, mas leal, com os adversários. Essas foram algumas das características atribuídas pelo senador Jayme Campos (DEM-MT) a Antonio Carlos. Mais que um líder digno e firme, o homenageado foi, conforme o senador, uma bú-

sofa que orientou vários de seus correligionários.

– Firme na contenda política, polemista e hábil debatedor, Antonio Carlos Magalhães nunca fugiu de uma luta, por mais difícil que se apresentasse. Porém, nem seu mais feroz inimigo duvidou uma vez sequer do seu amor pela Bahia e pelo Brasil – afirmou Jayme Campos.

JAYME CAMPOS



Responsabilidade pelo grande desenvolvimento da Bahia

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a carreira exitosa de Antonio Carlos deveu-se a um faro político “excepcional”, capaz de traçar “milimetricamente” o rumo dos objetivos programados.

– Em suma, o aspecto central do projeto político do senador baiano foi misturar formas tradicionais de ação

com novos arranjos modernizadores, sendo ele o maior responsável pela modernização e o grande desenvolvimento econômico da Bahia nas últimas décadas. Não há quem conteste o extraordinário desenvolvimento obtido pela Bahia sob os governos de Antonio Carlos Magalhães e seu grupo político – afirmou.

FLEXA RIBEIRO



Apoio fundamental para restabelecimento da democracia

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou a habilidade de Antonio Carlos ao transitar pelos gabinetes de vários chefes da nação, como Juscelino Kubitschek, sempre lutando pelos interesses da Bahia e do Brasil, além da convivência com Renato Azeredo – pai do senador mineiro. Elogiou ainda a linha de coerência de ACM em suas convicções políticas,

seu apoio fundamental para a volta da democracia ao Brasil e para a sustentação dos mandatos do então presidente Fernando Henrique e do atual, Luiz Inácio Lula da Silva.

– Senhor de suas opiniões e atitudes, nunca deixou de apontar o que considerava equívocos nos governos que apoiou – observou o senador.

EDUARDO AZEREDO



Sempre vigilante, lutava para que imperasse a dignidade

Romeu Tuma (DEM-SP) disse ter aprendido muito com Antonio Carlos pela sua dignidade, pelo respeito que tinha pela coisa pública e por seu amor ao país.

– Ele não deixava que ninguém desrespeitasse o interesse público. Sempre vigilante, sempre fiscalizando e sempre lutando para que a dignidade imperasse nesse cenário.

Tuma lembrou que, sempre que os parlamentares precisavam de qualquer tipo de apoio, ACM estava presente, tanto na Presidência do Senado como em seu gabinete de senador. Ressaltou que Antonio Carlos nunca deixou de ter tranqüilidade na troca de idéias e na busca da solução correta para o Senado e para o país.

ROMEU TUMA





Homenagem a ACM

Ação marcante no Plenário e formulador de projetos de lei

Nascido em 4 de setembro de 1927, em Salvador, Antonio Carlos Magalhães era casado com Arlete Maron de Magalhães, com quem teve quatro filhos. Formou-se médico em 1952 e foi redator do jornal *Estado da Bahia*. Em 1954, elegeu-se deputado estadual pela UDN. Eleito deputado federal em 1958, reelegeu-se por mais dois mandatos – 1962 e 1966. Em 1967, foi nomeado prefeito de Salvador. Também por nomeação

assumiu o governo baiano de 1971 a 1975.

Presença marcante no Plenário do Senado, onde chegou em 1995, ACM sempre participou dos grandes debates. Foi responsável por iniciativas como a criação do Fundo de Combate à Pobreza e apresentou muitos projetos, sobretudo nas áreas da Justiça e da segurança pública. Na presidência da CCJ teve papel relevante na tramitação de matérias que se converteram em lei.

JOSÉ SARNEY

A dificuldade em lidar com a saudade do amigo

Citando a frase de Euclides da Cunha “é muito perigoso lidar com a saudade”, o senador José Sarney (PMDB-AP) disse que sabe como será difícil lidar com a saudade de Antonio Carlos Magalhães. Ele afirmou que sentirá ver o Plenário sem a presença do senador baiano, “sem receber aquele beijo longo que ele lançava” e que também anunciava o fim de qualquer desentendimento ocasional.

Sarney frisou a “personalidade poliédrica” de Antonio Carlos, que se desdobrava em inúmeros traços, como



Leopoldina

o de chefe de família, de patriota, de servidor do povo, de político, de criador de equipes, de líder inato e de baiano.

CÉSAR BORGES

Senador contrariou médicos para continuar no trabalho

Contrariando a recomendação dos médicos, que lhe receitaram uma vida de mais resguardo, e fugindo do conselho dos familiares e dos amigos, preocupados com a debilitação do seu organismo, Antonio Carlos Magalhães não deixou de trabalhar enquanto pôde. Foi o que lembrou o senador César Borges (DEM-BA), ao revelar que Antonio Carlos recusou-se a se licenciar por entender que o seu lugar era no Senado.

Em um discurso emocionado, César Borges assinalou que, por qualquer ângulo que se examine Antonio Carlos, quer seja o de político, de figura humana ou administrador, ele será sempre reconhecido como uma legenda nacional.



Roseveltinho

Um político que foi fiel a si mesmo

Na avaliação de Papaléo Paes (PSDB-AP), o senador Antonio Carlos Magalhães consolidou a imagem de alguém fiel a si mesmo, à Bahia e à vida política. Papaléo destacou a trajetória política de Antonio Carlos, ressaltando que o parlamentar baiano sempre soube compreender o contexto histórico em que atuava, além de ter sido um político “destemido e incapaz de fazer uso de linguagem dissimulada ou de esconder seus sentimentos”.

PAPALÉO PAES

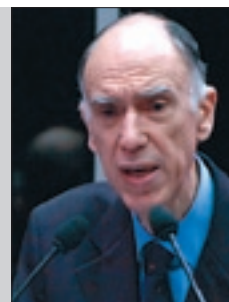


Leopoldina

“Antonio Carlos era uma instituição”

O senador Marco Maciel (DEM-PE) relembrou os 30 anos de amizade com Antonio Carlos Magalhães, ao qual elogiou dizendo que não se tratava de um simples político: “ACM era uma instituição”. Maciel recordou ter participado dos mesmos partidos de Antonio Carlos: Arena, PDS, PFL e, agora, Democratas. Para o senador, Antonio Carlos era um “autêntico líder”, além de corajoso e intuitivo.

MARCO MACIEL



CézarVieira

Competente e formador de novos quadros

Em discurso emocionado, Pedro Simon (PMDB-RS) destacou o que eram, para ele, as duas principais características do senador Antonio Carlos Magalhães: a competência político-administrativa e a capacidade de formação de novos quadros. Simon lembrou ter estado do lado oposto a Antonio Carlos durante toda a vida, mas disse ser impossível desconhecer suas qualidades.

– Reconheço nele a figura de um político *sui generis* na história do Brasil.

PEDRO SIMON



Roseveltinho

Ex-governador tinha “espírito indomável”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que Antonio Carlos Magalhães possuía um “espírito indomável”. O senador declarou ter aprendido com ele a ser otimista, e destacou a generosidade e o “enorme conteúdo humano” de ACM.

– A decência não basta se não for acompanhada da coragem. A oposição perdeu uma voz vigorosa, o Brasil perdeu um senador atento, um homem de espírito público. Nós todos perdemos – disse Virgílio.

ARTHUR VIRGÍLIO



MoreiraVaz

Povo baiano está órfão de seu maior líder

Com a morte de Antonio Carlos Magalhães, o povo baiano está órfão de seu maior líder, disse Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo ele, o senador baiano nunca se desviou da defesa dos mais legítimos interesses da Bahia e do Brasil.

– ACM transformou a Bahia através da promoção do crescimento econômico e pela consolidação como pólo turístico. Mas talvez seu maior legado tenha sido sua decisiva participação na redemocratização deste país.

VALDIR RAUPP



Leopoldina

Destaque para iniciativa contra a pobreza

“Tive com o senador Antonio Carlos Magalhães, em que pesem as nossas diferenças, uma relação de respeito e amizade”, declarou Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele destacou a proposta de emenda à Constituição, apresentada por ACM, que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

– Em abril, depois que o presidente Lula resolveu visitá-lo no hospital, percebi que Antonio Carlos ficou contente com a visita – lembrou Suplicy.

EDUARDO SUPLICY



MoreiraVaz

JOSÉ AGRIPINO

“Suas iniciativas aprimoraram a economia baiana”

José Agripino (DEM-RN) destacou a amizade de longa data mantida entre a sua família e a de Antonio Carlos Magalhães. Agripino disse que sempre contou com o apoio do ex-governador da Bahia para exercer suas atividades como líder do DEM.

O senador lembrou que Antonio Carlos foi responsável por iniciativas para o aprimoramento da economia baiana, como o Pólo Petroquímico de Camaçari. “O oeste baiano é hoje um próspero produtor de grãos, competindo com o Paraná. Hoje existe na Bahia um pólo automobilístico. A

reforma do Pelourinho foi feita pela inteligência de ACM, que foi amigo de artistas baianos de direita e de esquerda”, afirmou.



MoreiraVaz

ROMERO JUCÁ

Figura que exercia a política como “oxigênio da vida”

Para o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), Antonio Carlos era uma figura singular que “exercia a política como oxigênio da vida”.

– Às vezes dava ao governo muito trabalho, mas era uma inspiração de como é importante lutar pelo que se acredita com vigor, sempre pronto para as batalhas e guerras da política. Como exemplos do perfil guerreiro e coerente de ACM, Jucá citou dois episódios: quando deputado federal pela UDN, Antonio Carlos teve a coragem de apoiar Juscelino Kubitschek e seu plano de metas contra seu partido e recusou, quando governador da Bahia indicado pelos militares, a recomendação deles para retirar a fotografia de JK do gabinete.



MoreiraVaz



Homenagem a ACM

Apoio a Tancredo contribuiu para o processo de redemocratização

Na agonia do regime militar, quando o brigadeiro Délio Jardim de Mattos, na inauguração do aeroporto de Salvador, fez um discurso atacando os dissidentes que apoiavam a candidatura oposicionista de Tancredo Neves, Antonio Carlos escreveu uma nota violenta contra o governo, dizendo que traidor era quem apoiava Paulo Maluf para suceder João Figueiredo. Com essa atitude, ACM qualificou-se como um

dos principais apoios da candidatura Tancredo e do processo de redemocratização do país. Ele conseguiu ser influente em todos os governos que se seguiram ao regime militar, com exceção das administrações de Itamar Franco e de Luiz Inácio Lula da Silva a partir de 2005. Nenhum político da história recente do país talvez tenha revelado tanto senso de oportunidade e sido, ao mesmo tempo, tão ousado para atingir seus fins.

TASSO JEREISSATI

Sua maior qualidade era a paixão, em especial, pela Bahia

O senador Tasso Jereissati, presidente do PSDB, destacou entre as inúmeras qualidades de Antonio Carlos a paixão que o caracterizava em tudo o que fazia. Ressaltou, em especial, a paixão que o senador cultivava pela Bahia, seu estado natal, onde se tornou, conforme Jereissati, mais que um político respeitado, “uma verdadeira instituição”.

Jereissati dirigiu-se ao neto do senador, deputado ACM Neto, para descrever uma atitude comum em Antonio Carlos: a de polemizar mesmo quando se tratava de um pequeno detalhe, se para ele o assunto merecesse sua atenção, ele o discutiria por não aceitar a mediocridade nem “viver sem riscos”.

Leopoldina



ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Destaque à coragem de provocar uma reforma no Judiciário

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou em Plenário a coragem do senador Antonio Carlos Magalhães ao enfrentar o Poder Judiciário com a criação da CPI do Judiciário para investigar um poder que, até então, era considerado “inatacável”.

– O exemplo que ele deixou foi o de força, coragem e destemor para decidir nas horas mais graves e difíceis. Nenhuma nação pode se desenvolver, alcançar resultados e a própria grandeza sem a atuação marcante de seus líderes – ressaltou.

Valadares recordou também a atuação firme de Antonio Carlos durante os trabalhos da CPI, que teve como resultado a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

MoreiraVaz



Mais do que um político, ACM era um líder

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Senado estava tendo ontem a oportunidade de prestar uma homenagem não a um grande político, mas a um grande líder. O senador elogiou a competência com que Antonio Carlos conduziu o processo político brasileiro na oposição e no diálogo com o governo. Para ele, até mesmo o governo, a quem Antonio Carlos fazia oposição, sentiria sua falta, pelo interlocutor que ele foi, não apenas pelos erros que apontava.

Cristovam Buarque



MoreiraVaz

O fascínio, o carisma e o feitiço baiano

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que houve poucos parlamentares melhores que ACM e muito poucos governadores mais capazes que ele. Destacou ainda “o fascínio, o carisma e o feitiço baiano” do senador falecido. – Ele foi o melhor em tudo o que realizou – afirmou Garibaldi, ao frisar que Antonio Carlos conquistou a unanimidade não apenas por ocasião da sua morte, mas em vida, pela sua atuação, seu destemor e sua bravura.

Garibaldi Alves Filho



MoreiraVaz

Determinação que deve servir de exemplo

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que a “determinação e a paixão” de Antonio Carlos Magalhães devem servir de exemplo para a população brasileira. Ele salientou que o colega baiano construiu, ao longo de décadas, uma trajetória política marcada pelo espírito público e pela liderança. – Era uma expressiva liderança popular, referência na formação de gestores públicos e agentes políticos. Deixa um vácuo na política brasileira.

Jarbas Vasconcelos



MoreiraVaz

Geração de empregos e desenvolvimento

Segundo Heráclito Fortes (DEM-PI), Antonio Carlos Magalhães, ao comentar traições políticas, afirmou que perdoava seus inimigos, mas não os inimigos da Bahia. Heráclito lembrou as lutas de ACM para levar à Bahia empreendimentos que gerassem desenvolvimento e emprego. “Antonio Carlos deixará sua digital nos corredores do Congresso: um homem apaixonado nas suas convicções, sempre destemido para enfrentar quem quer que fosse”, destacou.

Heráclito Fortes



MoreiraVaz

Atuação era polêmica e movida pela paixão

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), após o primeiro momento da surpresa diante do inevitável, o que realmente importa é fazer um balanço da obra deixada por Antonio Carlos Magalhães. Dornelles observou que a atuação do senador baiano suscitou polêmica, uma vez que era movida pela paixão. – Quando é de um gigante que se trata, quer da área cultural, quer da política, a morte fecha um ciclo que confere à figura sua verdadeira dimensão histórica.

Francisco Dornelles



MoreiraVaz

“Palavra insubordinada e afirmativa” faz falta

Na opinião de Sérgio Guerra (PSDB-PE), o Brasil está mais pobre sem a presença de Antonio Carlos Magalhães. “Está fazendo falta a sua palavra insubordinada e afirmativa, que muitas vezes era justa, mas, em outras, injusta”. – Eu gostava quando ele se irritava e dizia o que tinha na cabeça. E também do seu comportamento. Prefiro a contradição dos que pensam livremente à coerência elementar dos oportunistas que se dobram ao primeiro governante de esquina.

Sérgio Guerra



MoreiraVaz

MÃO SANTA

Parlamentar “imbatível, vencedor e justo”

Antonio Carlos Magalhães foi, segundo Mão Santa (PMDB-PI), um político “imbatível, vencedor e justo”. – Conheci os seus dois lados. Ele foi ao Piauí e me combateu duro. Duro! E eu também. Mas eu quero dizer aqui, não podia deixar de dizer, que ele era um homem justo. Ele combateu o bom combate. Travamos grande amizade. Aprendi com ele – disse o senador. Mão Santa lembrou que Antonio Carlos atuou em defesa da Bahia e do Nordeste, recebendo em troca a gratidão e o reconhecimento da população da região. “Ele foi consagrado pelos

baianos. Deixou obras que estão por aí. A fé daquele homem era com obras. Ele tinha orgulho de ser baiano, baiano e baiano”.



MoreiraVaz

RENATO CASAGRANDE

Destaque à participação na vida política do país

O líder do PSB, Renato Casagrande (ES), afirmou que, embora sua atuação política seja em campo oposto ao de Antonio Carlos Magalhães, reconhece a liderança de políticos que, como ACM, fizeram a história do país. – Enquanto viveu com intensidade, participou integralmente dos fatos políticos da vida brasileira. Registro meu reconhecimento e minhas homenagens ao trabalho prestado por ele ao país – disse o senador.

Casagrande, que foi deputado federal, comentou que seu relacionamento político se deu com o neto de Antonio Carlos, o deputado ACM Neto, e cumprimentou a ele e aos demais membros da família presentes em Plenário, como a viúva, dona Arlete.



Roseveltino



Homenagem a ACM

No comando do Senado durante dois biênios

Em 1979, ACM voltou ao governo do seu estado por nomeação, ficando no cargo até 1983, quando resolveu apoiar a candidatura Tancredo Neves e ajudar a fundar o PFL (hoje DEM), o partido que, junto com o PMDB, deu sustentação à redemocratização do país. Em 1985, assumiu o Ministério das Comunicações no primeiro governo que sucedeu o regime militar, o de José Sarney, de quem foi grande amigo. Ali ficou até 1990, quando retornou ao governo do estado, dessa vez por eleição direta. Em 1994 e em 2002, elegeu-se senador. Nos biênios 1997/1999 e 1999/2001, presidiu o Senado, assumindo interinamente a Presidência da República de 15 a 22 de maio de 1998. Seu último cargo no Senado foi a presidência da CCJ, onde atuou até momentos antes de seguir para o Incor, em São Paulo, onde faleceu.

até 1990, quando retornou ao governo do estado, dessa vez por eleição direta. Em 1994 e em 2002, elegeu-se senador. Nos biênios 1997/1999 e 1999/2001, presidiu o Senado, assumindo interinamente a Presidência da República de 15 a 22 de maio de 1998. Seu último cargo no Senado foi a presidência da CCJ, onde atuou até momentos antes de seguir para o Incor, em São Paulo, onde faleceu.

Filho e sucessor enaltece o pai

Último orador da homenagem a seu pai, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) salientou que, por mais de 50 anos, ACM “deu todo seu esforço e energia pelas causas da Bahia e do Brasil”.

– A vida pública dele foi maior que a idade de muitos aqui presentes. Ele foi implacável na defesa de seus ideais e na defesa da Bahia – destacou.

Para ele, ACM revolucionou a gestão da prefeitura de Salvador e do governo da Bahia, revitalizou a capital e o estado com uma “maneira de governar moderna e inovadora” e gerou acelerado processo de industrialização.

Antonio Carlos Júnior disse que seu pai promoveu um “crescimento harmônico” de todas as regiões baianas, saneando as finanças públicas “quando o país nem sequer pensava em discutir a responsabilidade fiscal”.

– Era zeloso no trato da coisa pública e um líder que sabia revelar talentos – afirmou.

O senador também lembrou a iniciativa do pai de propor a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o chamado orçamento impositivo.

– Foi um exemplo de amor desmedido à sua terra e à sua gente. Sua obra e seu exemplo irão perdurar com seus seguidores, mas ACM é único – concluiu.

ANTONIO CARLOS JÚNIOR



MoreiraVaz

Trajetória próxima à de Tolstói

As trajetórias de Antonio Carlos Magalhães e do escritor russo León Tolstói foram próximas, de acordo com Inácio Arruda (PCdoB-CE). Era “o sentimento da sua casa, do seu bairro, da sua vila, da sua comunidade”, presente também no escritor, que Inácio Arruda acredita que transformava Antonio Carlos em um gigante da política nacional.

INÁCIO ARRUDA



MoreiraVaz

Amor à Bahia o eternizou

“O amor de Antonio Carlos à Bahia e a sua gente o fazem eterno”, disse Marcelo Crivella (PRB-RJ). Após a perda do filho, Luís Eduardo, Crivella afirmou que viu em ACM como se morre antes do sepultamento. “Só um amor tão forte como o amor que este homem tinha por sua terra e sua gente pôde ressuscitá-lo para o dia-a-dia do Senado.”

MARCELO CRIVELLA



MoreiraVaz

Admiração que vem do berço

Magno Malta (PR-ES) manifestou sua admiração a ACM, de quem sua mãe, baiana, sempre foi eleitora.

– Foi embora ACM, mas o nome dele está escrito, como no Fundo de Combate à Pobreza. Essa relação dele de forma tão contundente com os pobres da Bahia imagino que tenha sido a sua maior marca.

MAGNO MALTA



MoreiraVaz

Nome para auditório do Interlegis

Expedito Júnior (PR-RO) apresentou ontem projeto que dá ao edifício-sede do Programa Interlegis o nome de Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães. A iniciativa, justificou ele, é uma forma de homenagear ACM, que na sua gestão como presidente do Senado, em 1997, incentivou a criação do programa.

EXPEDITO JÚNIOR



MoreiraVaz

CRA acolhe parecer que reduz carga tributária no setor agrícola

Vendas e importações de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais de construção utilizados na produção rural poderão ficar isentas do pagamento da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), além da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A redução da carga tributária foi decidida ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que aprovou parecer do senador João Durval (PDT-BA) a

projeto (PLS 278/07) da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). A proposta agora será votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

Sibá Machado (PT-AC) anunciou que, na CAE, irá solicitar a relatoria da matéria. Para ele, o governo já isenta de tributos vários produtos agrícolas, entre eles adubos e fertilizantes.

De acordo com Marisa Serrano, o aumento da carga tributária impõe dificuldades aos produtores rurais e a isenção poderá estimular investimentos.



Reunião da Comissão de Agricultura: isenção de PIS/Pasep e Cofins para material agrícola

CCJ aprova ministros para TST

Indicações de juizes de São Paulo, Paraná e Mato Grosso são acolhidas pela comissão, na primeira reunião comandada pelo novo presidente do colegiado, Marco Maciel

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem pareceres favoráveis às indicações da Presidência da República dos nomes dos juizes do Trabalho Pedro Paulo Teixeira Manus, Fernando Eizo Ono e Guilherme Augusto Caputo Bastos para assumirem o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) nas vagas reservadas a juizes de carreira. As indicações serão ainda votadas em Plenário.

Teixeira Manus tem mestrado e doutorado em Direito do Trabalho. Como juiz, chegou à vice-presidência administrativa do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Eizo Ono, do Paraná, ocupou o cargo de juiz presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina e de Cornélio

Procópio. Foi também vice-presidente do TRT da 9ª Região.

Já Caputo Bastos, de Mato Grosso, é formado em Economia e possui três cursos de especialização na área, dois deles realizados em Brasília e outro na Universidade de Leon, na Espanha. Ocupou os cargos de presidente e vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Ele é autor de mais de 20 artigos, dos quais a relatora da matéria, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), destacou dois: *Trabalho escravo:*



Maciel (D) dirige sessão, ao lado do vice-presidente Valter Pereira

Uma chaga humana e A estabilidade da gestante doméstica.

Presidência

O senador Marco Maciel (DEM-PE) foi eleito ontem, por unanimidade, o novo presidente da CCJ, em substituição ao senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), falecido no último dia 20 de julho.

Governador do Amazonas afirma em audiência pública que programa é contrapartida ao trabalho de preservação ambiental prestado pela população tradicional

Bolsa-Floresta beneficia 2.045 famílias a partir deste mês

O governador do Amazonas, Eduardo Braga, informou que a primeira parcela do pagamento do programa Bolsa-Floresta, previsto para este mês, beneficiará 2.045 famílias que prestam serviços ambientais em unidades de conservação da floresta. Braga participou de audiência pública promovida pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – ambas da Câmara – e pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

A previsão de pagamento para cada morador é de R\$ 50. Eduardo Braga disse que já estão cadastradas 8.500 famílias e que o governo estadual pretende atingir, até dezembro de 2010, 60 mil famílias, em uma área de mais de 17 milhões de hectares no estado. O benefício, explicou, é uma compensação financeira para o serviço prestado pelas populações tradicionais e indígenas para a conservação da floresta. Inicialmente, atinge as populações residentes nas unidades de conservação estaduais.

O Bolsa-Floresta foi criado pela Lei sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, em vigor desde junho.

Eduardo Braga falou ainda sobre o programa Zona Franca Verde, que, segundo ele, é combinado com as metas de sustentabilidade implantadas no estado.

– A Amazônia sofreu, por muitos anos, efeitos das políticas adotadas para seus estados,

tais como as de base mineral, no Pará, e a Zona Franca de Manaus, para o Amazonas. Quarenta anos depois, percebeu-se que é preciso conciliar vários instrumentos para gerar desenvolvimento com equilíbrio ambiental – frisou.

Ao lembrar que mais de 20 milhões de pessoas vivem na Amazônia, o governador observou que as desigualdades regionais no país só serão vencidas se forem adotadas políticas públicas de desenvolvimento regional.

Braga falou sobre a importância da Lei sobre Mudanças Climáticas, destacando seus mecanismos fiscais e financeiros para reduzir os impactos ambientais no Amazonas e a criação de instrumentos que incrementam projetos estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto, para redução e seqüestro de gás carbônico da atmosfera.

Fundo estadual

A lei instituiu um fundo estadual de mudanças climáticas para captação de CO₂, com venda nas bolsas de valores e aplicação de recursos em programas sociais como o Bolsa-Floresta – que, além de reduzir o desmatamento, visa combater a pobreza.

Participaram da audiência o deputado Eduardo Gomes e o senador Renato Casagrande (PSB-ES), respectivamente, presidente e relator da comissão mista; o deputado Nilson Pinto, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e a deputada Vanessa Grazziotin, presidente da Comissão da Amazônia – coordenadora da audiência.



Entre o deputado Eduardo Gomes e a deputada Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga deu detalhes sobre o programa Bolsa-Floresta

Bloqueio de verbas para Forças Armadas preocupa CMO

Por recomendação de Jayme Campos (DEM-MT), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) solicitou ao Ministério do Planejamento explicações sobre as constantes reduções de verbas para reparlamento das Forças Armadas. Pediu também aos comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica que apresentem suas necessidades de modernização.

O parlamentar examinou relatórios sigilosos do Tribunal de Contas da União (TCU) e informou, em sessão presidida pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), haver situações “assustadoras”. Ele citou, por exemplo, que “a defesa aérea do país esteve sob a responsabilidade de apenas uma dúzia” de jatos interceptadores velhos, porque os aviões Mirage

tinham sido aposentados, os F-5 BR não haviam sido entregues e a compra dos Mirage 2000 não estava concluída.

– Restaram somente alguns F-5 antigos para defender todo o território – disse.

Segundo Jayme Campos, o TCU aponta os riscos para a defesa nacional causados pelo bloqueio de verbas. Afirmou que “ainda estão paralisados” os projetos de compra de novos jatos interceptadores (Projeto FX) e de helicópteros.

Conforme o senador, os baixos orçamentos e os

contingenciamentos têm dificultado o cumprimento da decisão do governo de aumentar a presença na Amazônia e na fronteira oeste do país. A CMO também aprovou cinco pedidos de crédito suplementar, no valor de R\$ 42,8 milhões, em favor de vários ministérios.



Comissão de Orçamento, presidida por José Maranhão (E): contingenciamento de verbas ameaça defesa nacional

Novas representações contra Renan tramitarão separadamente

O presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), e os três relatores do processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) – Renato Casagrande (PSB-ES), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Almeida Lima (PMDB-SE) – decidiram ontem que as duas novas representações apresentadas ao órgão contra o presidente do Senado tramitarão de forma separada, com relatores e investigações específicas.

O processo a que o senador já



Presidente do Conselho de Ética, Quintanilha designará um relator para cada processo responde foi movido pelo PSOL a partir das denúncias de que teria tido parte de suas despesas pessoais pagas por um funcionário da

construtora Mendes Júnior. Na última segunda-feira, a Mesa do Senado enviou ao Conselho de Ética uma segunda representação do PSOL, dessa vez motivada pela suspeita de relações ilícitas de Renan com a cervejaria Schincariol e por denúncias de apropriação indevida de terras. Ambas têm por base matérias veiculadas pela imprensa, assim como uma terceira, protocolada pelo DEM e PSDB para apurar denúncia de que Renan teria usado “laranjas” para se tornar sócio de duas rádios em Alagoas.

De acordo com Quintanilha, o relator da segunda representação deverá ser definido hoje.

Os relatores da primeira representação contra Renan admitem a possibilidade de haver atraso na conclusão dos trabalhos, prevista para o fim de agosto, uma vez que a Polícia Federal (PF) solicitou novos documentos para concluir a perícia, a qual servirá de base para o trabalho dos relatores.

Conforme Casagrande, a PF precisa de mais documentos de órgãos do governo de Alagoas, de empresas e de pessoas físicas que também fizeram operações de compra e venda de gado com Renan, mas que não constavam da primeira lista, como o frigorífico Mafrial. Almeida Lima, por sua vez, considerou a solicitação da PF “abusiva e impertinente”.

Para Leomar Quintanilha, se por um lado a PF precisa de mais tempo, por outro, a abertura de processo contra Renan pelo Supremo Tribunal Federal, a pedido da Procuradoria da República, concorrerá favoravelmente à investigação no conselho.

– A mesma questão investigada na representação número um está sendo apreciada pelo Ministério Público. Isso facilita, porque o conselho poderá se restringir às questões a ele pertinentes, ou seja, à quebra de decoro – concluiu.

Casagrande informou ainda que os membros do conselho deverão visitar a Procuradoria em breve para estabelecer uma parceria nos trabalhos.